

**CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS - CTIL  
DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH  
ATA DA 100ª REUNIÃO**

**Data:** 06 e 07 de maio de 2008, das 10h00 (do dia 06) às 17h40 (do dia 07).

**Local:** Sala “Câmara Técnica”, localizada no Térreo do Edifício Marie Prendi Cruz - SEPN 505 (W3-Norte), Lote 2, em Brasília-DF.

**REPRESENTANTES:**

1. Ministério da Justiça: Carlos Hugo Suarez Sampaio - Conselheiro (hugo.suarez@mj.gov.br);
2. Ministério das Cidades: Rodrigo Fraga Massad (rodrigo.massad@cidadess.gov.br);
3. Ministério da Integração Nacional: José Luiz Ribeiro Reis (jose.reis@integracao.gov.br);
4. Ministério do Meio Ambiente - SRHU: Márley Caetano de Mendonça - Conselheiro (marley.mendonca@mma.gov.br);
5. Ministério do Meio Ambiente - ANA: Maurício Abijaodi Lopes de Vasconcellos (mauricio.lopes@ana.gov.br);
6. Ministério de Minas e Energia: Marina Scalon - Conselheira (marina.scalon@mme.gov.br);
7. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Rio de Janeiro e São Paulo: Neusa Maria Marcondes Viana de Assis (sma.neusaa@cetesbnet.sp.gov.br);
8. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Bahia e Ceará: Luis Vinícius de Aragão Costa (luis.aragao@srh.ba.gov.br);
9. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Sergipe e Piauí: ausência;
10. Irrigantes: Wilson Agostinho Bonança (wbonanca@srjundiai.com.br);
11. Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Martha Regina von Borstel Sugai (martha.sugai@copel.com);
12. Indústrias: Patrícia Boson - Conselheira (tita@uaigiga.com.br);
13. Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com Finalidade de Lazer e Turismo: Wilson de Azevedo Filho (azefilho@hotmail.com);
14. Comitês: Marcus Vinícius Lopes da Silva (cbhmogi@terra.com.br);
15. Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Donizete Tokarski (donizete@ecodata.org.br);
16. Organizações Não Governamentais: Ninon Machado de Faria Leme Franco - Conselheira (ninon@institutoipanema.net);
17. Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa: Gilberto Valente Canali (gvcnali@uol.com.br);

**DEMAIS PRESENTES:**

- João Bosco Senra (Conselheiro) - DRH/SRHU/MMA (joao.senra@mma.gov.br);
- Rachel Landgraf de Siqueira - SRHU/MMA (rachel.siqueira@mma.gov.br);
- Ednaldo Mesquita de Carvalho - SRHU/MMA (ednaldo.mesquita@mma.gov.br);
- Flávia Gomes de Barros - ANA (flavia.barros@ana.gov.br);
- Rossana Gasparini - Elabore Consultoria (rossana.gasparini@elabore.com.br);
- Ana Cristina Mascarenhas - DRB/SRHU/MMA (crismascarenhas2@uol.com.br);
- Julio Thadeu S. Kettelhut - DRB/SRHU/MMA (julio.kettelhut@mma.gov.br);
- Raquel Scalia A. Ferreira - SRHU/MMA (raquel.scalia@cnrh-srh.gov.br);
- Ana Paula S. Xavier - SRHU/MMA (ana-paula.xavier@mma.gov.br);
- Rodrigo Laborne Mattioli - SRHU/MMA (rodrigo.mattioli@mma.gov.br);
- Maria Manuela M. A. Moreira - SRHU/MMA (maria-manuela.moreira@mma.gov.br);
- Roberto Alves Monteiro - SRHU/MMA (roberto.monteiro@mma.gov.br);
- Andréa Carestiato - Instituto Ipanema (andreacarestiato@institutoipanema.net);
- Jacqueline Oliveira - SRHU/MMA ([jacqueline.oliveira@mma.gov.br](mailto:jacqueline.oliveira@mma.gov.br));
- Elisa Romano - CNI (edezolt@cni.org.br);
- Kamilla Pacheco - Elabore Consultoria (kamilla.80@gmail.com);
- Christian A. H. Govastki - MME (christian.govastki@mme.gov.br);

55 **RELATORIA:**

56 ■ Marco Antônio Amorim - SRHU/MMA (marco.amorim@mma.gov.br);

57 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

58 Às dez horas do dia seis de maio de 2008, iniciou-se a 100ª Reunião da Câmara Técnica de  
59 Assuntos Legais e Institucionais - CTIL, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos -  
60 CNRH, para tratar da pauta conforme **Anexo I**. O **Sr. Márley Caetano de Mendonça**  
61 (SRHU/MMA), Presidente da CTIL, saudou os presentes e declarou abertos os trabalhos.  
62 **Item 1 - Abertura: Reunião CTIL 100:** em sua fala de abertura, o **Sr. Márley Caetano de**  
63 **Mendonça** (SRHU/MMA) enalteceu a marca histórica da CTIL, cujas atividades estão  
64 contribuindo com a gestão de recursos hídricos do País. Em nome dos membros atuais,  
65 louvou a participação e responsabilidade de todos os seus membros anteriores. Agradeceu a  
66 contribuição dos seus ex-presidentes, Sr. Júlio Thadeu Kettelhut (por 93 reuniões) e Sra.  
67 Maria Manuela Moreira (por uma reunião), e ressaltou o importante papel dos seus ex-  
68 relatores: Sra. Diane Rangel, Sra. Flávia de Barros, Sr. Frederico Gonçalves, Sra. Ana  
69 Cristina Mascarenhas, Sr. Wilson Azevedo Filho, Sr. Luiz Cláudio Figueiredo, Sra. Rachel  
70 Landgraf, Sr. Ednaldo Mesquita, Sra. Raquel Scalia, Sr. Aureliano Silva e Sr. Marco Amorim,  
71 quase todos presentes a reunião. A pedido, leu a seguinte mensagem do Sr. Luiz Cláudio  
72 Figueiredo: “Agradeço o convite recebido, mas não poderei comparecer por motivos  
73 profissionais. Desejo a todos uma ótima 100ª reunião da CTIL e aproveito a oportunidade  
74 para dizer que me sinto privilegiado por ter participado e de alguma forma contribuído para o  
75 sucesso do CNRH e suas Câmaras Técnicas”. Fazendo uso da pauta e da ata da 1ª Reunião da  
76 CTIL, realizada no dia 16 de dezembro de 1999, com participação de quatro pessoas (Sr. Júlio  
77 Thadeu Kettelhut, Sr. Henrinides Coimbra, Sra. Anícia Pio e Sra. Martha Sugai), o **Sr. João**  
78 **Bosco Senra**, Diretor do Departamento de Recursos Hídricos da SRHU/MMA, destacou a  
79 estruturação e os avanços ocorridos na CTIL, no CNRH e na gestão dos recursos hídricos  
80 nestes últimos dez anos. Por sua vez, o **Sr. Júlio Thadeu Kettelhut**, ex-presidente da CTIL,  
81 disse que as reuniões das Câmaras Técnicas do CNRH promovem a construção do SINGREH  
82 e são de suma importância para a regulamentação da Lei 9.433/97. Disse que sua vontade era  
83 estar comemorando a 200ª reunião da CTIL, pois, na sua opinião, a participação de diversos  
84 segmentos e os avanços na implementação dos instrumentos da gestão de recursos hídricos  
85 proporcionam benefícios, de valores muitas vezes não mensuráveis, que superariam os  
86 “custos de transação”. Por fim, citou que suas atividades a frente do Departamento de  
87 Revitalização de Bacias da SRHU/MMA buscam aproximá-lo ao SINGREH, aproveitando  
88 não só o seu aparato consolidado de discussão, mas também promovendo a integração da  
89 gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental. A **Sra. Martha Sugai**, que participou da  
90 1ª Reunião da CTIL, destacou o aumento das participações nas reuniões da Câmara, a  
91 evolução na forma de tramitação das matérias e lembrou, com saudosismo, a edição da  
92 Resolução CNRH nº 05, até hoje em vigor. O **Sr. Maurício Vasconcellos** (ANA) apontou  
93 que, em 100 Reuniões, foram aproximadamente 93 Resoluções e 44 Moções. Para ele, a CTIL  
94 deveria ter mais critérios ao encaminhar matérias ao Plenário e atentar-se para deliberações  
95 que sejam de competência do CNRH e que realmente sejam necessárias. Encerrada a abertura,  
96 a reunião prosseguiu ao **Item 2 - Informes:** o **Sr. Marco Amorim**, da Secretaria Executiva  
97 do CNRH, informou sobre: i) o encaminhamento do Ofício nº 05/2008/CTIL/CNRH/MMA  
98 ao Presidente da CTAS (**Anexo II**); ii) o recebimento do Ofício n.º 08/2008/CTCOB/CNRH/  
99 MMA (**Anexo III**), onde a CTCOB, em resposta à CTIL, informa que não considera  
100 oportuno, neste momento, revisar a Resolução CNRH nº 48; iii) o recebimento do Ofício nº  
101 57/Gab./SEMAD/SISEMA (**Anexo IV**), onde a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e  
102 Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, em resposta a Moção CNRH nº 42, informa  
103 suas ações com vistas à efetiva implementação da PNRH e da PERH; iv) o início da  
104 Conferência Nacional do Meio Ambiente no dia 07 de maio de 2008, em Brasília-DF; e v) as  
105 decisões do Plenário relativas à ordem do dia da XIX Reunião Ordinária do CNRH ocorrida  
106 em 27 de março de 2008. O **Sr. Márley Caetano de Mendonça** (SRHU/MMA) informou  
107 sobre a IV Reunião de Presidentes de Câmaras Técnicas realizada no dia 22 de fevereiro de  
108 2008. O **Sr. Wilson de Azevedo Filho** (Pescadores e Usuários de Água p/ Lazer e Turismo)

109 anunciou que a instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba será  
110 concretizada este mês. A **Sra. Ninon Machado** (ONGs) doou à biblioteca da SRHU/MMA  
111 um CD sobre o 1º Encontro de Formação do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João.  
112 **Item 3 - Aprovação da ata da 99ª reunião da CTIL:** a ata da 99ª reunião foi aprovada com  
113 alterações propostas por: **Sr. Carlos Hugo Suarez** (MJustiça), **Sra. Neuza Maria de Assis**  
114 (CERH-RJ/SP), **Sra. Martha Sugai** (Concessionárias) e **Sr. Maurício Vasconcellos** (ANA).  
115 **Item 4 - Análise da proposta de resolução que “Define os procedimentos de indicação**  
116 **dos representantes do Governo Federal, dos Conselhos Estaduais, dos Usuários e das**  
117 **Organizações Cíveis de Recursos Hídricos no CNRH”, encaminhada pelo GT**  
118 **“Representatividade” da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais:** a **Sra.**  
119 **Maria Manuela Moreira**, Coordenadora do GT, relatou que após as apresentações realizadas  
120 na CTIL sobre representatividade, de troca de informações eletrônicas e de três reuniões, foi  
121 elaborada uma proposta de resolução que “define os procedimentos de indicação dos  
122 representantes do Governo Federal, dos Conselhos Estaduais, dos Usuários e das  
123 Organizações Cíveis de Recursos Hídricos no CNRH” (**Anexo V**). Como inovações em relação  
124 à Resolução CNRH nº 14, apontou que a proposta: i) traz orientações ao segmento do  
125 Governo Federal; ii) esclarece, para fins de representação no CNRH, o que seriam  
126 organizações cíveis e, baseado no CONAMA, diz quais não poderiam participar, e iii) destaca  
127 a publicidade do processo eleitoral e a divulgação da participação no CNRH. Após debates, a  
128 CTIL considerou necessário o amadurecimento da proposta e decidiu, por consenso, constituir  
129 uma nova etapa do GT (Representatividade 2ª Etapa) com as seguintes atribuições: i) rever a  
130 Resolução CNRH nº 14, e ii) discutir sobre a adoção e implementação de um cadastro de  
131 entidades cíveis com atuação em recursos hídricos. Ofereceram-se a participar da composição  
132 do GT: **Sr. Marcus Vinícius da Silva** (Comitês), **Sr. Gilberto Canali** (OTEP), **Sr. Maurício**  
133 **Vasconcellos** (ANA), **Sra. Ninon Machado** (ONGs), **Sr. Carlos Hugo Suarez** (MJustiça), **Sra.**  
134 **Patrícia Boson** (Indústria), **Sr. Luis Vinícius Costa** (CERH-BA/CE), o **Sr. Wilson de Azevedo**  
135 **Filho** (Pescadores e Usuários de Água p/ Lazer e Turismo) e a **Sra. Maria Manuela Moreira**  
136 (SRHU/MMA). O Coordenador escolhido foi o **Sr. Carlos Hugo Suarez** (MJustiça) e o prazo  
137 para conclusão das atividades é 06 de agosto de 2008. A orientação da CTIL é que o GT siga  
138 as seguintes diretrizes: i) considerar todo trabalho anteriormente realizado pelo GT  
139 Representatividade, coordenado pela **Sra. Maria Manuela**; ii) considerar as apresentações a  
140 respeito do tema que foram realizadas no âmbito da CTIL; iii) seguir a técnica legislativa para  
141 clareza de entendimento da proposta; iv) seguir a hierarquia das leis; v) consultar a CTIL para  
142 solução de divergências; e vi) discorrer primeiro sobre o processo de representatividade e  
143 posteriormente sobre o processo de escolha. Registra-se que a **Sra. Ninon Machado** (ONGs)  
144 disse que a participação da sociedade civil no GT Representatividade foi prejudicada porque  
145 burocratas, que não têm comprometimento com o SINGREH, bloquearam a emissão das  
146 passagens impedindo o seu comparecimento na última reunião do GT realizada no dia 19 de  
147 fevereiro de 2008. Acrescentou que, nas comunicações oficiais, os servidores públicos  
148 deveriam se apresentar com nome e CPF, ao invés de se esconderem atrás da sigla de seus  
149 setores. O **Sr. Márley Caetano de Mendonça** (SRHU/MMA) primeiramente leu o art. 21 do  
150 Regimento Interno do CNRH, em especial o seu §2º, que aponta que o MMA poderá pagar as  
151 despesas de representantes das OTEPs e das ONGs para participação nas reuniões do Plenário  
152 do CNRH e suas Câmaras Técnicas, não podendo custear a participação em reuniões dos  
153 Grupos de Trabalho. Em seguida, informou que é o responsável pela aprovação das viagens  
154 vinculadas às atividades do CNRH, juntamente com o **Sr. Ronaldo Hipólito**, Chefe de  
155 Gabinete da SRHU/MMA e Ordenador de Despesas Substituto da SRHU/MMA, e disse que  
156 ambos, enquanto responsáveis por esta tarefa, seguiriam a legislação, que não permite o  
157 custeio de despesas relativas a viagens para participação em reuniões de Grupos de Trabalho.  
158 A **Sra. Ninon Machado** (ONGs) disse que na sua fala não se referiu ao **Sr. Márley Caetano**  
159 **de Mendonça** nem ao **Sr. Ronaldo Hipólito** e que não tinha intenção de ofendê-los, visto que  
160 a questão colocada era de impedir a sociedade civil nos GTs. Às 12h40, a reunião foi  
161 interrompida para almoço sendo reiniciada às 14h50. **Item 5 - Análise da solicitação do**  
162 **Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - CEIVAP,**

163 contida na Carta nº 017/2008/PRES-CEIVAP, “que o Decreto sobre a área de atuação já  
164 contemple a nova denominação”, encaminhada pelo CEIVAP; o Sr. **Marco Amorim**, da  
165 Secretaria Executiva do CNRH, relatou que por meio da Carta nº 017/2008/PRES-CEIVAP  
166 (**Anexo VI**), o Presidente do CEIVAP, Sr. Paulo Teodoro, enviou o novo regimento do  
167 Comitê e solicitou “que o Decreto sobre a área de atuação já contemple a nova denominação”.  
168 Relatou também que o Sr. Paulo Teodoro não estaria presente à reunião, mas, por meio da  
169 Carta nº 020/2008/PRES-CEIVAP (**Anexo VII**) ratificou o seu pleito. Por fim, informou que  
170 o processo da proposta de decreto constante do anexo da Resolução CNRH nº 84 seria  
171 deflagrado somente após a deliberação do CNRH sobre esta alteração da denominação do  
172 Comitê. Por consenso, a CTIL acatou a solicitação do CEIVAP e incumbiu a Secretaria  
173 Executiva do CNRH de elaborar uma proposta de resolução que encaminhasse à Casa Civil  
174 uma proposta de decreto para estabelecer nova denominação do CEIVAP (de “Comitê para  
175 Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul” para “Comitê de Integração da Bacia  
176 Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul”), a qual seria encaminhada para deliberação do Plenário  
177 do CNRH, com parecer favorável desta CTIL. Antes de tratar o item 5A a CTIL tratou o Item  
178 6 - Avaliação sobre o retorno à CTCT, pelo Plenário do CNRH, em sua XIX Reunião  
179 Ordinária, do item “3.1 - Estabelece procedimentos para disciplinar a prática de reuso  
180 direto não potável de água na modalidade para fins agrícolas e florestais, definida na  
181 Resolução CNRH nº 54, de 28 de novembro de 2005, encaminhada pela CT de Ciência e  
182 Tecnologia”; e do item “4.1 – Recomenda ao Conselho Nacional de Meio Ambiente o  
183 estabelecimento de padrões de qualidade para água de reuso, para fins agrícolas e  
184 florestais, nos termos das Resoluções CNRH nº 54, de 28 de novembro de 2005, e nº XX,  
185 de 27 de março de 2008, encaminhada pela CT de Assuntos Legais e Institucionais”; o  
186 Sr. **Márley Caetano de Mendonça** (SRHU/MMA) primeiramente mencionou as propostas  
187 encaminhadas pela CTIL ao Plenário do CNRH (**Anexo VIII**) e apontou a discordância do  
188 mesmo, manifestada por meio do Ofício nº 020/2008/CNRH/MMA (**Anexo IX**), com a  
189 decisão da CTIL de alterar o conteúdo técnico da matéria sem consulta à CTCT. A pedido da  
190 CTIL, o Sr. **Marco Amorim**, da Secretaria Executiva do CNRH, informou que a CTCT, na  
191 sua 58ª Reunião realizada em 11 de abril de 2008, decidiu elaborar uma Nota Técnica  
192 esclarecendo o conteúdo da matéria e apontando a competência do CNRH em regulamentá-la,  
193 e que com isto, a CTCT esperava convencer os membros da CTIL. Com esta informação, o  
194 Sr. **Gilberto Canali** (OTEP) sugeriu que a CTIL se antecipasse e elaborasse uma nota técnica  
195 mostrando que o CNRH não tem competência para edição de padrões ambientais. Além disto,  
196 sugeriu que a Secretaria Executiva do CNRH acompanhasse as atividades das Câmaras  
197 Técnicas para orientar sobre os andamentos das matérias ali discutidas, e contou com apoio da  
198 Sra. **Ninon Machado** que apontou para a necessidade de fortalecer a equipe da Secretaria  
199 Executiva do CNRH, por desempenharem atividades de Estado e que deveriam possuir uma  
200 posição estável. O Sr. **Maurício Vasconcellos** (ANA) disse que era preciso instaurar um  
201 juízo de admissibilidade para que não sejam trabalhadas no CNRH matérias que não estejam  
202 afetas a sua competência. Antecipou-se dizendo que a ANA seria contrária a qualquer  
203 encaminhamento de moção do CNRH sobre este tema ao CONAMA. O Sr. **Marcus Vinícius**  
204 **da Silva** (Comitês) disse apostar na integração CNRH e CONAMA, deflagrada no âmbito da  
205 Comissão Permanente de Articulação e Integração destes colegiados, para avanço desta  
206 matéria que é necessária ao estímulo do reúso de água no País e contou com apoio da Sra.  
207 **Neusa Maria de Assis** (CERH-RJ/SP). Para o Sr. **Luis Vinícius Costa** (CERH-BA/CE), a  
208 CTIL não teria alterado o mérito da matéria, mas apenas efetuado adaptações. Para a Sra.  
209 **Martha Sugai** (Concessionárias), esta matéria de reúso seria afeta ao licenciamento  
210 ambiental e às questões de saúde. O Sr. **Gilberto Canali** (OTEP) sugeriu que a CTIL e a  
211 SRHU trabalhassem na definição de conceitos e competências para tratar da água de reúso,  
212 inclusive outorga. O Sr. **Carlos Hugo Suarez** (MJustiça) disse que valeria uma discussão se  
213 água de reúso é recurso hídrico ou não. Por fim, para evitar esforços desnecessários, o Sr.  
214 **Márley Caetano de Mendonça** (SRHU/MMA) sugeriu, como encaminhamento, que a CTIL  
215 aguardasse o posicionamento da CTCT para, a partir daí, definir os próximos passos, o que foi  
216 aceito pelos presentes. Item 5A - Análise da proposta de resolução que “Estabelece



217 diretrizes e critérios de identificação do curso de água principal para a caracterização  
218 da rede hidrográfica nacional com a finalidade de aplicação dos instrumentos da Política  
219 Nacional de Recursos Hídricos”, encaminhada pela Câmara Técnica de Integração de  
220 Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras: a **Sra. Patrícia Boson**  
221 (Indústrias), em nome da CTPOAR, resgatou que quando a ANA editou a Resolução ANA nº  
222 399/04, que “altera a Portaria nº 707, de 17 de outubro de 1994, do Departamento Nacional de  
223 Águas e Energia Elétrica - DNAEE, e dá outras providências”, houve grande desconforto,  
224 pois, entendia-se à época, que se estaria alterando dominialidade de cursos de água, a qual era  
225 definida constitucionalmente. Com isto, a matéria foi objeto de discussão na CTIL que a  
226 encaminhou para a CTPOAR em virtude de suas afetações com a outorga. Disse que, ao  
227 longo de dois anos, a CTPOAR estudou várias metodologias e teria chegado às seguintes  
228 conclusões: i) que a Constituição/88 não aponta critérios de identificação de cursos de água;  
229 ii) que o critério toponímia seria subjetivo e tem provocado confusões; iii) que o critério  
230 definido pela Resolução ANA nº 399 é técnico e os impactos causados por sua adoção são  
231 menores que os benefícios por ele trazidos, inclusive para estudos georreferenciados; e iv) que  
232 a definição pelo CNRH dos critérios para identificação de cursos de água promoveriam  
233 segurança jurídica ao SINGREH. Apontou que a única preocupação da CTPOAR foi que o  
234 critério da Resolução ANA nº 399 não provocasse alterações em gestões já consolidadas. Por  
235 isto, a CTPOAR, por meio do Ofício nº 05/2008/CTPOAR/CNRH/MMA (**Anexo X**),  
236 encaminhou à CTIL uma proposta de resolução que nos arts. 1º a 4º aponta o critério para  
237 definição dos cursos de água, com base na Resolução ANA nº 399, e que no art. 5º estabelece  
238 regras de articulação e convivência com as gestões já estabelecidas. Ao responder a **Sra.**  
239 **Martha Sugai** (Concessionárias), que opinou não estar convencida da necessidade de se  
240 estabelecer critérios objetivos para definição dos cursos de água, a **Sra. Patrícia Boson**, como  
241 Conselheira representando as Indústrias no CNRH, disse que o usuário de recursos hídricos  
242 não pode ficar a mercê de subjetividades e citou que já houve um caso da indústria fazer duas  
243 outorgas para o mesmo uso, uma no Estado e outra na ANA, pois não havia definição precisa  
244 de quem teria dominialidade sobre o curso de água. Após explicação de que Sistema  
245 Cartográfico Nacional é um sistema legalmente constituído que busca uniformizar a  
246 cartografia brasileira, a **Sra. Martha Sugai** (Concessionárias) solicitou que a CTPOAR  
247 elaborasse uma exposição de motivos sobre a matéria, que dentre outros, deveria esclarecer ao  
248 Plenário o que seria o Sistema Cartográfico Nacional, e obteve concordância dos demais  
249 presentes. Esta exposição de motivos deveria ser encaminhada ao Plenário juntamente com a  
250 proposta de resolução. Após debates e demais esclarecimentos, que foram encerrados às  
251 18h30 do dia 06 de maio e retomados às 09h35 do dia 07 de maio, a CTIL efetuou  
252 adequações à proposta de resolução, em especial no seu art. 5º, e solicitou seu  
253 encaminhamento para deliberação do Plenário do CNRH, com parecer favorável desta CTIL,  
254 na forma do **Anexo XI**. Antes de tratar o item 7, a CTIL tratou o **Item 8 - Análise da**  
255 **proposta de resolução que “Altera o inciso II do art. 2º da Resolução CNRH nº 4, de 10**  
256 **de junho de 1999, para redefinir as competências da Câmara Técnica de Assuntos**  
257 **Legais e Institucionais”, encaminhada pelo Sr. Márley Caetano de Mendonça,**  
258 **Conselheiro Suplente do MMA/Secretaria Executiva do CNRH:** o **Sr. Márley Caetano**  
259 **de Mendonça** (SRHU/MMA) apresentou as justificativas e a proposta de resolução por ele  
260 encaminhada à Secretaria Executiva do CNRH, na qualidade de Conselheiro (**Anexo XII**), de  
261 forma a: i) redefinir as competências da CTIL, a partir das experiências adquiridas nestes  
262 quase 10 anos de CNRH; ii) incorporar as atribuições emanadas pelo Regimento Interno; e iii)  
263 definir a forma alternativa de tramitação das matérias recebidas pela CTIL. Abertas as  
264 discussões, não houve concordância quanto ao proposto pela alínea “b”, pois foram emitidas  
265 opiniões de que não seria conveniente que a CTIL elaborasse substitutivo contendo  
266 modificações aos aspectos técnicos da matéria, mas sim, que considerasse somente seus  
267 aspectos legais e institucionais, e, caso fosse detectado necessidade de alterações técnicas, a  
268 CTIL deveria solicitar que a CT de origem da matéria a procedesse. Além disto, foram  
269 emitidas opiniões de que o Plenário do CNRH não deveria receber duas versões sobre a  
270 mesma matéria, mas sim uma versão única já articulada entre as Câmaras Técnicas

271 interessadas, que são os “braços técnicos” do CNRH. Após esclarecimentos, debates, e  
272 intervalo para almoço das 12h30 às 14h20, a CTIL consolidou a proposta de resolução na  
273 forma apresentada pelo **Anexo XIII** e, com seu parecer favorável, solicitou seu  
274 encaminhamento para deliberação do Plenário do CNRH. Registra-se que a única votação  
275 procedida foi sobre a inserção ou não da expressão “à legislação e” no item 1 da alínea “a” do  
276 inc. II da nova redação do art. 2º. Foram favoráveis a inserção: ANA, CERH-BA/CE,  
277 Irrigantes, CERH-RJ/SP, Concessionárias, Comitês, MJustiça e ONGs (oito votos). Foram  
278 contrários a inserção: Pescadores e Usuários de Água p/ Lazer e Turismo, MCidades, MME,  
279 MMA e OTEP (cinco votos). Registra-se a posição do **Sr. Márley Caetano de Mendonça**  
280 (SRHU/MMA) de que a inserção da expressão contrariaria orientação do Plenário do CNRH,  
281 pois permitirá à CTIL efetuar alterações de mérito nas propostas recebidas sob o pressuposto  
282 de que estaria adequando a proposta à legislação. Registra-se a posição do **Sr. Luis Vinícius**  
283 **Costa** (CERH-BA/CE) de que a CTIL teria que ter maturidade e sensibilidade de, ao adequar  
284 o texto proposto à legislação, não alterar o mérito da proposta. Por fim, registra-se a posição  
285 do **Sr. Wilson de Azevedo Filho** (Pescadores e Usuários de Água p/ Lazer e Turismo) de que  
286 seriam desnecessários os itens de 1 a 3 da alínea “a” do Anexo XIII. **Item 7 - Análise da**  
287 **proposta de resolução que “Altera as competências da CTPNRH, estabelecidas no inciso**  
288 **I do art. 2º da Resolução CNRH nº 4, de 10 de junho de 1999”, encaminhada pela**  
289 **Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos:** o **Sr. Luiz Augusto Bronzatto**,  
290 representante da SRHU/MMA na CTPNRH, primeiramente justificou a ausência do Sr.  
291 Sidnei Agra, Presidente da CTPNRH, e em seguida efetuou uma apresentação (**Anexo XIV**)  
292 onde apontou as justificativas para ampliação das competências da CTPNRH, entre elas, a  
293 necessidade de articulação entre os âmbitos geográficos de planejamento. Informou que a  
294 SRHU/MMA já está dialogando com Estados e auxiliando-os na elaboração dos seus Planos  
295 Estaduais de Recursos Hídricos. Por fim, apontou que as atribuições da CTPNRH foram  
296 estabelecidas em 1999, limitando-se ao Plano Nacional de Recursos Hídricos, e opinou que a  
297 CTPNRH seria o *lucus* para discussão da articulação entre as diferentes esferas de  
298 planejamento, mas que para isto, seria necessária a atualização das suas competências,  
299 conforme manifestado no Ofício nº 02/2008/CTPNRH/CNRH/MMA (**Anexo XV**). Com a  
300 explicação do **Sr. Luiz Augusto Bronzatto** e da **Sra. Martha Sugai** (Concessionárias) de  
301 que seria pensamento da CTPNRH não só orientar o processo de planejamento, mas também  
302 estabelecer os conteúdos dos planos, a CTIL apontou que a competência exclusiva para a  
303 CTPNRH estabelecer diretrizes e conteúdos adicionais a planos não estaria clara em nenhuma  
304 das alíneas propostas e, caso este pensamento fosse confirmado, seria necessário listá-la. Após  
305 debates, a CTIL efetuou adequações à proposta na forma apresentada no **Anexo XVI**.  
306 Registra-se que: i) o **Sr. João Clímaco** (ONGs) solicitou que a CTPNRH discutisse a  
307 viabilidade e necessidade de inclusão do termo “informação” na alínea “c”, após a expressão  
308 “processo de elaboração”; e ii) o **Sr. Luis Vinícius Costa** (CERH-BA/CE) disse que não se  
309 sentiu contemplado com a inclusão na alínea “b” do acompanhamento e relato “dos planos  
310 setoriais que possuam interface com a Política Nacional de Recursos Hídricos”, e solicitou  
311 que a CTPNRH avaliasse a necessidade de explicitar como competência da CTPNRH a  
312 integração com ZEE, SNUC, Agenda 21, SISNAMA, SINGREH, ordenamentos territoriais,  
313 manejos, entre outros; e, embora tenha sido informado que a CTPNRH optou por manter seu  
314 nome atual, solicitou que a CTPNRH estudasse a pertinência de alterar o seu nome. Ao final,  
315 como o entendimento foi de que as adequações promovidas pela CTIL alteraram o mérito da  
316 proposta original, foi solicitado seu encaminhamento para considerações da CTPNRH. A **Sra.**  
317 **Martha Sugai** (Concessionárias) e o **Sr. Wilson de Azevedo Filho** (Pescadores e Usuários  
318 de Água p/ Lazer e Turismo) ficaram com a responsabilidade de redigir uma nota justificando  
319 o retorno da matéria à CTPNRH. **Item 9 - Discussão sobre a adoção e implementação de**  
320 **um cadastro de entidades civis com atuação em recursos hídricos:** a CTIL delegou ao  
321 “GT Representatividade 2ª Etapa” esta tarefa. **Item 10 - Análise do Relatório Final do GT**  
322 **“Aplicação das diretrizes do PNRH aos empreendimentos hidrelétricos”, encaminhado**  
323 **pelo GT “Aplicação das Diretrizes do PNRH aos Empreendimentos Hidrelétricos” da**  
324 **Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais:** não discutido, pelo adiantado da

325 hora. **Item 11 - Relato das atividades do GT “Água e Florestas”:** o Sr. Marco Amorim, da  
326 Secretaria Executiva do CNRH, informou que a SRHU/MMA proporcionará a vinda de todos  
327 os palestrantes e mediadores indicados pela Comissão Organizadora da Oficina Água,  
328 Floresta e Solos, prevista para os dias 27 e 28 de maio de 2008 (**Anexo XVII**), e compartilhou  
329 sua preocupação com a presença dos convidados que haviam solicitado apoio para transporte,  
330 alimentação e hospedagem, pois a SRHU/MMA não poderia assumir este custeio. **Item 12 -**  
331 **Relato das atividades do GT “Siapreh”:** não houve. **Item 13 - Assuntos gerais:** o Sr.  
332 **Wilson de Azevedo Filho** (Pescadores e Usuários de Água p/ Lazer e Turismo) pleiteou,  
333 mais uma vez, que os nomes dos Conselheiros e dos seus respectivos representantes nas  
334 Câmaras Técnicas figurassem nas edições do Conjunto de Normas Legais do CNRH, o que,  
335 para ele, seria um reconhecimento ao trabalho destes e também uma forma de mostrar à  
336 sociedade quem pactuou as deliberações do CNRH. O Sr. **Márley Caetano de Mendonça**  
337 (SRHU/MMA) informou que a 101ª Reunião da CTIL seria convocada para os dias 19 e 20 de  
338 maio de 2008, com início às 14h00 do dia 19, e indicou a realização da 102ª Reunião da CTIL  
339 para os dias 01 e 02 de julho de 2008. Não havendo mais nada a ser tratado, às 17h40 do dia  
340 07 de maio de 2008, o Sr. **Márley Caetano de Mendonça** (SRHU/MMA) agradeceu a  
341 presença de todos e encerrou os trabalhos da 100ª reunião da CTIL.

#### 342 **RESUMO DA REUNIÃO:**

- 343 - Item 3: ata da 99ª reunião da CTIL foi aprovada com modificações;
- 344 - Item 4: a CTIL considerou necessário o amadurecimento da matéria e constituiu uma nova  
345 etapa para o GT Representatividade;
- 346 - Item 5: a CTIL acatou o pleito do CEIVAP e atribuiu à Secretaria Executiva do CNRH a  
347 tarefa de elaborar proposta de resolução com encaminhamento à Casa Civil de proposta de  
348 decreto que estabelece nova denominação do CEIVAP que, com parecer favorável da CTIL,  
349 será encaminhada para deliberação do Plenário do CNRH;
- 350 - Item 5A: após modificações pertinentes à CTIL, foi emitido parecer favorável à proposta de  
351 resolução que “estabelece diretrizes e critérios de identificação do curso de água principal  
352 para a caracterização da rede hidrográfica nacional com a finalidade de aplicação dos  
353 instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos”, e solicitado seu encaminhamento  
354 para deliberação do Plenário do CNRH;
- 355 - Item 6: a CTIL aguardará manifestação da CTCT;
- 356 - Item 7: a CTIL efetuou adequações à proposta e a encaminhou para considerações da  
357 CTPNRH;
- 358 - Item 8: após modificações pertinentes à CTIL, foi emitido parecer favorável à proposta de  
359 resolução que “altera o inciso II do art. 2º da Resolução CNRH nº 4, de 10 de junho de 1999,  
360 para redefinir as competências da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais”, e  
361 solicitado seu encaminhamento para deliberação do Plenário do CNRH;
- 362 - Item 9: a CTIL delegou ao “GT Representatividade 2ª Etapa” a atribuição de discutir sobre a  
363 adoção e implementação de um cadastro de entidades civis com atuação em recursos hídricos;
- 364 - Item 10: não discutido;
- 365 - Item 11: foi compartilhada a preocupação com o custeio dos participantes inscritos na  
366 Oficina Água, Floresta e Solos;
- 367 - Item 12: não houve;

368  
369

370 Ata aprovada na 102ª Reunião da CTIL realizada em 01 e 02 de julho de 2008.

371  
372

373 **Márley Caetano de Mendonça**  
374 Presidente da CTIL

**Marco Antônio Amorim**  
Relator da CTIL

